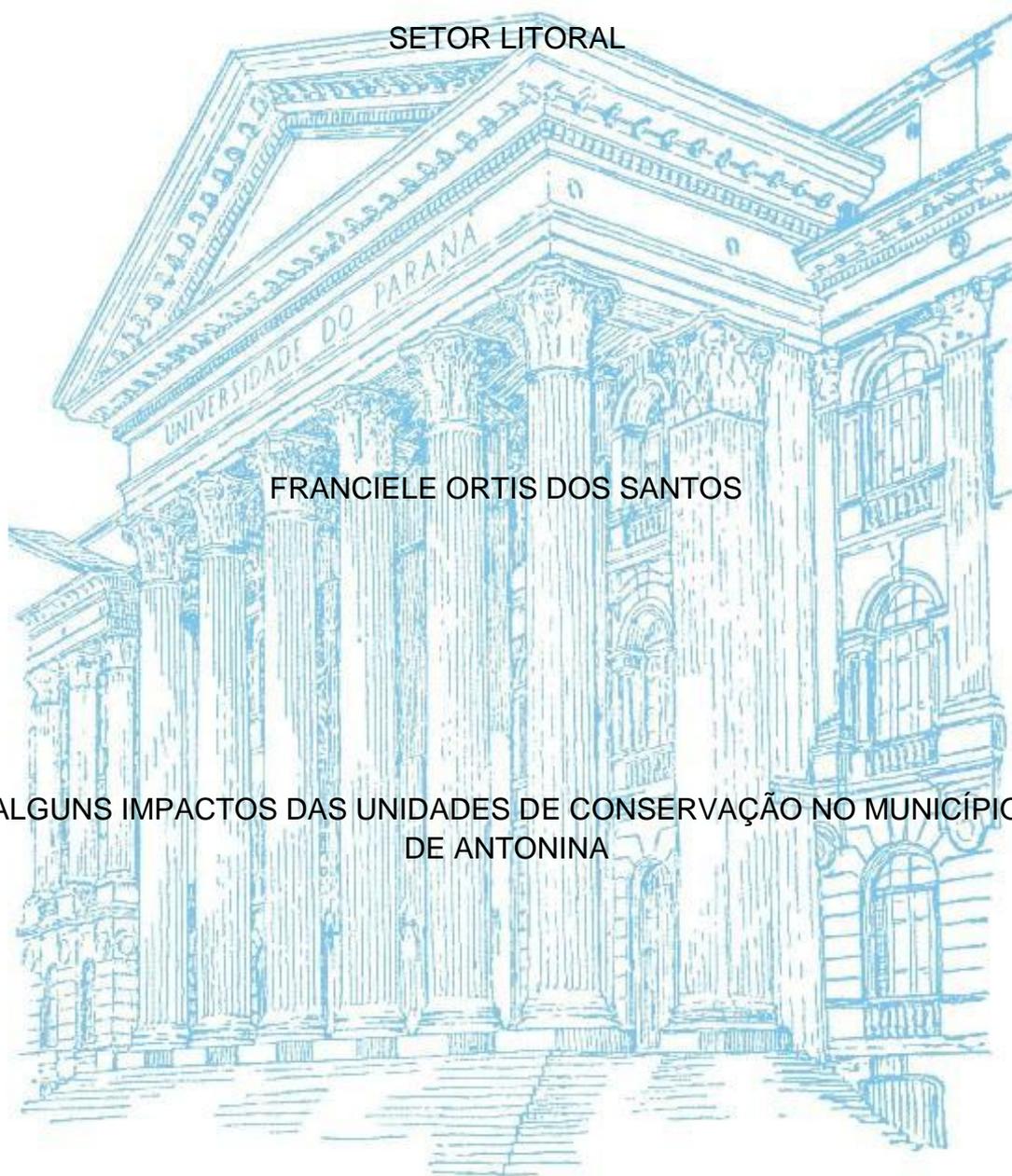


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL



FRANCIELE ORTIS DOS SANTOS

ALGUNS IMPACTOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE ANTONINA

MATINHOS 2013

FRANCIELE ORTIS DOS SANTOS

ALGUNS MPACTOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE ANTONINA

Sugestão de Título: ALGUNS CONFLITOS DAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ANTONINA

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em
Gestão Ambiental da Universidade Federal do
Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Profª Dra. Mayra Taiza Sulzbach.

MATINHOS 2013

AGRADECIMENTOS

A minha vovó Regina (in memoriam) pelo sorriso sincero, pelo olhar carinhoso, e pela vontade de ajudar a família e ao próximo, são exemplos que carrego comigo, junto à imensa saudade que sinto. Ao vovô Vasco por toda a sabedoria, meu eterno amor e agradecimento.

A minha mãe Ivete, por ser tão dedicada e amiga, por ser a pessoa que mais me apoia e acredita na minha capacidade, meu agradecimento pelas horas em que ficou ao meu lado não me deixando desistir e me mostrando que sou capaz de chegar onde desejo, sem dúvida foi quem me deu o maior incentivo para conseguir concluir mais esta etapa.

Ao meu pai Carlos, por todo amor e dedicação que sempre teve comigo, homem pelo qual tenho maior orgulho de chamar pai, pessoa que trago como exemplo, pai dedicado, amigo, honesto e batalhador.

Aos meus irmãos pelo carinho e atenção que sempre tiveram comigo.

Ao meu “namorado” Felipe, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades e compartilhando momentos de alegria.

Aos meus filhos Coca, Fumaça e Bigode pela oportunidade de experimentar a mais pura forma de amor.

Aos meus familiares pelo amor e carinho dedicado.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante.

A Professora Mayra, minha orientadora, pela amizade e por confiar no meu trabalho, mostrando os caminhos da pesquisa e despertar o desejo de continuar trilhando esse caminho. Agradeço a oportunidade de trabalhar com você.

A cidade de Antonina que me acolheu nesses um ano e meio de pesquisa.

Aos professores coordenadores de projetos de extensão, Márcia, Valdir, Luiz Fernando de Carli Lautert, Ana Elisa de Castro Freitas e Eduardo Harder, agradeço pela imensa bagagem fornecida de um conhecimento inesgotável.

A todos os professores do curso de Gestão Ambiental, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

À UFPR - Setor Litoral por me receber de forma tão acolhedora.

A todos e todas que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho.

DEDICATÓRIA

*A minha família e ao meu “namorado”
pelo eterno incentivo e amor.*

INTRODUÇÃO

A criação das Unidades de Conservação - UC no mundo contemporâneo vem sendo uma das principais formas de intervenção governamental para reduzir as perdas de biodiversidade frente à degradação ambiental. No entanto, esse processo pode gerar inúmeros conflitos sociais e econômicos.

Diante deste contexto, esta pesquisa propõe levantar alguns conflitos das Unidades de Conservação no município litorâneo de Antonina. Num primeiro momento se observa o movimento de preservação e conservação a nível mundial e nacional. Após esta se apresenta algumas características adicionais sobre o município de Antonina, no Litoral do Paraná, região preservada dotada de remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica, para posteriormente observar como se constitui a preservação e conservação no Litoral do Paraná. Também nesta etapa exibe dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e dos órgãos ambientais vigentes como o Instituto Ambiental do Paraná – IAP e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, referentes ao Litoral do Paraná. Na sequência, se apresenta os principais resultados das entrevistas realizadas com diferentes atores sociais, que contemplam uma diversidade de opiniões e representações sociais e políticas no município de Antonina. Estas buscam observar como estes atores percebem as Unidades de Conservação - UC presentes no Local. Por fim, se faz uma articulação entre a compilação dos dados secundários e a literatura específica evidenciando nos resultados a influência das Unidades de Conservação no Município.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

NO MUNDO

Os primeiros registros históricos de áreas destinadas a proteção criadas como reservas de caça datam de 5.000 a.C., no Irã (OLIVEIRA,1999). Na Mesopotâmia, nas regiões da Assíria e na Babilônia foram encontradas as primeiras evidências do conceito de parque, possivelmente em decorrência da

escassez dos animais (BENNETT, 1983). No ocidente essa prática é bem mais recente, se remonta o cenário da Idade Média, quando os senhores feudais destinavam porções significativas de suas florestas para reservas de madeira, de caça e de pesca, além de servir de proteção para seus feudos (BENSUSAN, 2006). Na Suíça em 1569 foi criada uma reserva para proteger o antílope europeu, e na França no século XVIII foi criado o “Parque Real” hoje “Jardim de Plantes”, localizado numa área densamente povoada próxima ao centro de Paris, que na época era aberto ao público. No século XIX, na Inglaterra reservas chamadas de “Forest” foram criadas e destinadas para a caça (QUINTAO, 1983). A preservação em períodos anteriores estava relacionada aos interesses da realeza e da aristocracia rural, visando à caça ou, então, a proteção de recursos florestais com fins de uso imediato ou futuro, não havendo qualquer sentido social.

Durante a Revolução Industrial aconteceram mudanças políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais. A acumulação de capital e a ampliação dos mercados foram os precursores dessas transformações. A agricultura passou a utilizar insumos químicos, passando também por um processo de mecanização. Neste período a humanidade tornou-se o principal agente transformador da natureza, acarretando na degradação ambiental (OLIVEIRA 1999).

Após o intenso processo de industrialização, a atuação dos governos passaram a ser mais abrangentes à proteção de áreas naturais, em especial com a finalidade de uso público. Fato este, possivelmente, devido ao crescente número de pessoas em rotinas de trabalho em indústrias que demandavam por espaços para recreação ao ar livre. A aristocracia passa a valorizar lugares de deslumbre, o que acaba contribuindo para a valorização da vida no campo, onde reinava a calma de uma vida bucólica (MILANO, 2002).

Os Estados Unidos da América foram os primeiros a criarem o conceito de Parque como área de proteção ambiental, isso após a destruição das comunidades indígenas e a ampliação das fronteiras para o Oeste. Propunha-se reservar grandes áreas naturais e coloca-las a disposição das populações urbanas para fins de recreação, devido à consolidação e urbanização acelerada do capitalismo americano. O sentido de Parque Nacional veio acompanhado da noção de *wilderness* (vida natural/selvagem). Em 1872, após

a realização de vários estudos, foi criada a primeira área com *status* de Parque Nacional - PARNA do mundo, o de Yellowstone, passando a ser uma região reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida segundo as leis americanas (DIEGUES, 1993). Durante a criação do PARNA de Yellowstone, predominou uma corrente preservacionista, que avistava nos parques nacionais a única maneira de salvar parte da natureza, contra os efeitos do desenfreado desenvolvimento urbano-industrial. Esta corrente destacava as consequências do capitalismo sobre o Oeste selvagem, os efeitos da mineração sobre os rios e lagos, com isso qualquer interferência humana na natureza era vista de maneira negativa. Para estes, a natureza deveria ser mantida intocada pelas ações negativas da humanidade (VALLEJO, 2002).

O modelo do Parque Nacional Yellowstone foi se espalhando pelo mundo numa perspectiva dicotômica entre “povos” e “parques”: a presença humana é sempre devastadora para a natureza, deixando de se avaliar os diferentes modos de vida das chamadas “populações tradicionais” existentes mundo. Diegues (1993) destaca que tal postura preservacionista acabou gerando conflitos nas populações de extrativistas, pescadores e índios, em países do Terceiro Mundo.

A implantação de parques se espalha mundo afora, como no Canadá (1885), na Nova Zelândia (1894), na Austrália e na África do Sul (ambos em 1898). Todos esses países causaram austeros danos à natureza, ocasionados por grandes empresas de migrantes europeus (QUINTÃO, 1983). No início do século XX, parques e reservas foram criados por diversas outras motivações, além da proteção das belezas cênicas, a preservação da biodiversidade florística e faunística e dos bancos genéticos. Sob esse aspecto, as áreas naturais protegidas passaram a servir também como laboratórios para a pesquisa, a exemplo da criação dos primeiros parques nacionais europeus na Suíça e na Suécia. A presença humana nessas áreas só deveria ser permitida em situações muito particulares e restritas, reforçando a perspectiva científica. A criação de parques em áreas que já eram habitadas por populações tradicionais, ocasionou sua remoção, como no caso dos Maasai no Quênia, e dos pescadores artesanais no Canadá (BRITO, 2000b).

A pesquisa científica fortaleceu o ideal de isolamento dessas áreas. Entre as décadas de 30 e 60 o desenvolvimento científico em paralelo ao aumento dos

impactos da extração dos recursos naturais, as atividades industriais, e a perda da biodiversidade mundial impulsionaram o surgimento de uma nova perspectiva racional dos recursos naturais e de manejo das espécies, o conservacionismo. A perspectiva conservacionista envolve a possibilidade de manejo das espécies e do ambiente em geral. Nessa perspectiva, o manejo reprodutivo de uma espécie ameaçada de extinção pode recuperar sua densidade demográfica a ponto e salvá-la do extermínio (VALLEJO, 2002).

Em 1948 foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza - UIPN num Congresso organizado pela UNESCO, juntamente com o governo francês, com o objetivo de promover ações com bases científicas que pudessem garantir a perpetuidade dos recursos naturais para o bem-estar da humanidade (BRITO, 2000b). Posteriormente, tal organização passou a se chamar União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN, buscando enfatizar a necessidade de conservação dos *habitats*. Desde a sua criação, a organização passou a desempenhar um importante papel mundial no desenvolvimento das políticas relativas às áreas naturais protegidas, assessorando países no planejamento e no manejo, bem como atuando no processo de definição e atualização conceitual das mesmas (MILANO, 2002).

Até 1949 havia apenas 407 áreas protegidas em todo o mundo, a partir de então houve grande ampliação na criação de áreas naturais protegidas, dados do *World Resources Institute* de 2000-01 informam a existência de 28.442 Unidades de Conservação terrestres, perfazendo mais de 850 milhões de hectares dentro dos Sistemas Nacionais de Proteção (UICN, 1994).

Após diversos encontros em escala mundial e continental, várias mudanças conceituais foram elaboradas na perspectiva de criação e gestão das Unidades de Conservação, desempenhando um papel organizador e coordenador de políticas de conservação. Além dos Parques, passaram a existir novas categorias de manejo como as Reservas Naturais, Monumentos Naturais, Reservas Silvestres, Reservas da Biosfera etc.

Em 1982, no III Congresso Mundial de Parques Nacionais foi decidido que todas as Unidades de Conservação, sendo Parque Nacional ou não, passariam a considerar a elevação da qualidade de vida da população em vias de desenvolvimento. Desde então as áreas protegidas deixam de lado a visão romântica de paraísos protegidos, ideal norteador da criação do Parque

Nacional de Yellowstone, e passam a ponderar a presença do homem em ambientes protegidos (VALLEJO, 2002).

NO BRASIL

No Brasil, o primeiro Parque Nacional foi o de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, mediante o Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937. De acordo com o Código Florestal de 1934, o decreto nº 87.586 20 de setembro de 1982 aumentou sua área para 30.000 hectares. O PARNA de Itatiaia abrange parte do município de Bocaina de Minas e Itamonte/MG e de Resende e Itatiaia/RJ (ATLAS, 2004). A história de criação de áreas protegidas e/ou unidades de conservação no Brasil não começou com o PARNA de Itatiaia, apesar de ter sido o primeiro Parque a ser instituído com base na legislação específica, o Jardim Botânico no Rio de Janeiro/RJ foi criado por D. João VI em 1808, com respeitáveis estudos sobre recursos naturais, além de propiciar um ambiente agradável para a população carioca (HASSLER, 2005).

Em 1876, o engenheiro André Rebouças propôs a criação de dois Parques: o da Ilha do Bananal e outro em Sete Quedas (BARROS; PONTES, 2008). A partir da criação do primeiro parque brasileiro, outras unidades foram sendo instituídas: Iguaçu e Serra dos Órgãos em 1939; Ubajara, Aparados da Serra e Araguaia em 1959; Emas, Chapada dos Veadeiros, Caparaó, Sete Quedas, Sete Cidades, São Joaquim, Tijuca, Brasília e Monte Pascoal, em 1961; e vindo até os dias atuais, onde a criação de novas unidades é desenvolvida e proposta pelos governantes (HASSLER, 2005).

A partir da 1ª Constituição brasileira ainda no período republicano, em 1891, a concessão de direito à desapropriação, por interesse público, passa ser lei, sendo esta essencial para a criação e implantação de Unidades de Conservação (SILVA, 1999).

Na Constituição Federal brasileira de 1988, art. 225, §1º fica estabelecido ao Poder Público a competência e o dever de definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem protegidos, sendo a modificação e a extinção somente permitidas através de lei. Assim, as áreas protegidas podem se localizar em áreas públicas ou privadas, com atributos

ambientais e tratamento diferenciado, uma vez declaradas áreas protegidas estas ficam sujeitas ao regime jurídico de interesse público.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC

Em 18 de julho de 2000, sob a Lei Nº 9.985, cria-se o do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e em 22 de agosto de 2002, o Decreto Nº 4.340, o regulamenta. A legislação atribuída ao SNUC auxilia o ordenamento das inúmeras leis dispostas sobre as diversas categorias de manejo, como também define critérios e normas para o estabelecimento e gestão de áreas protegidas, sejam estas federais, estaduais, municipais em todo o território nacional.

De acordo com o SNUC , Unidade de Conservação - UC é um espaço territorial com recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, que se caracterizam pelo recurso natural relevante, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, a qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

As Unidades de Conservação caracterizadas no SNUC dividem-se em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. As UC de Proteção Integral admitem apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, através da manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, já as UC de Uso Sustentável admitem a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável.

O grupo das UC de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de Unidade de Conservação: Estação Ecológica - ESEC, UC que objetiva a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas; Reserva Biológica – REBIO, UC que objetiva a preservação da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais; Parque Nacional - PARNA, UC que tem como objetivo a

preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico; Monumento Natural - MN, UC que tem como objetivo preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica; e Refúgio de Vida Silvestre - RVS, UC que objetiva proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

As UC de Uso Sustentável são compostas pelas categorias: Área de Proteção Ambiental - APA, UC caracterizada pela extensa área de proteção, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, tendo como objetivos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais; Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, UC caracterizada por ocupar uma pequena área de extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, tendo como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza; Floresta Nacional – FLONA, UC que se caracteriza pela cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas; Reserva Extrativista - RESEX, UC que se caracteriza pela sua utilização por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, tendo como objetivos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade; Reserva de Fauna – REFAU, UC que se caracteriza pela ocupação de populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos

faunísticos; Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, UC que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica; e a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, UC de área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

NO LITORAL DO PARANÁ

O litoral do Paraná é composto pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná com uma área física de 6.057 km² (ITCG, 2012).

O litoral paranaense apresenta-se como uma área prioritária para a conservação, pois compreende uma região caracterizada por um mosaico¹ de áreas protegidas, representadas principalmente pela existência da Floresta Subtropical Atlântica relativamente bem preservada. Tais condições de conservação são devido às características físicas dos solos e a declividade acentuada da serra, que limitaram o uso intensivo e contínuo dos recursos naturais, levando à região a ficar a margem do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas, onde o padrão de ocupação do território e o consequente estabelecimento de grandes contingentes populacionais e atividade industrial se estabeleceram nas outras regiões do Estado (PIERRI *et al*, 2006).

Na década de 80 a criação de várias UC na Região foi estimulada devido a preocupação das autoridades públicas com a manutenção da conservação, constituindo uma extensa área de conservação (PIERRI *et al*, 2006). Na porção Norte da Região encontra-se a maior área contínua preservada da Floresta Atlântica brasileira, com altos índices de biodiversidade e endemismos, além de várias espécies ameaçadas de extinção. A importância da Região foi reconhecida internacionalmente, no ano de 1991, quando a UNESCO anunciou

¹ Um mosaico de unidades de conservação, segundo a Lei do SNUC, é um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, cuja gestão deve ser feita de maneira conjunta e integrada.

a criação de uma, a Reserva da Biosfera em território brasileiro - a Reserva da Biosfera Vale do Ribeira - Serra da Graciosa, incluindo praticamente toda a área da Floresta Atlântica no Brasil (RODRIGUES, 2013). Em 1999, a UNESCO declara a região do litoral paranaense Patrimônio Mundial da Natureza.

Em 2006, o Litoral possuía 82,48% de seu território coberto por Unidades de Conservação e/ou áreas protegidas (Tabela 01). Observa-se no Litoral do Paraná, no período 1997 a 2006, ocorre uma evolução na área com UC e/ou áreas protegidas (1,24%). Entre os municípios, Antonina destaca-se pelo aumento significativo, 10,54% na ampliação destas. Matinhos, por sua vez, apresentou a maior redução de área, -22,32%.

Tabela 01 – Evolução da superfície das UC ou áreas protegidas no período 1997- 2006 e percentual da área dos municípios cobertos por UC no litoral paranaense em 2006

Município	UC (1997 – ha)	UC (2006 - ha)	Área dos municípios (ha)	Evolução das UC (1997 – 2006)	% do município coberto por UC
Antonina	74.787,50	82.669,57	96.897,71	10,54	85,32
Guaraqueçaba	209.346,50	213.265,24	215.933,74	1,87	98,76
Guaratuba	130.949,85	130.663,53	132.688,11	-0,22	98,47
Matinhos	3.943,19	3.063,13	11.156,37	-22,32	27,46
Morretes	35.970,05	36.309,81	68.659,42	0,94	52,88
Paranaguá	42.633,63	37.841,48	66.583,09	-11,24	56,83
Pontal do PR	2.265,71	2.265,71	21.629,45	0,00	10,48
Total	499.896,43	506.078,47	613.547,89	1,24	82,48

Fonte: IAP (2006)

Atualmente, o Litoral do Paraná possui 38 unidades, sendo 14 federais, 21 estaduais e 3 municipais, destas 19 são consideradas de Proteção Integral e 19 de Uso Sustentável.

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE ESTUDO: ANTONINA

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E POPULACIONAIS

O município de Antonina, situado na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, limita-se ao Norte e a Oeste com Campina Grande do Sul, ao Sul e a Oeste com Morretes, e a Leste com Paranaguá e Guaraqueçaba. Antonina possui uma extensão territorial de 876,551km², situado na latitude 25°25'43" S e longitude 48°42'43" W, localizada a 80 km da capital do Paraná - Curitiba e a 55 km de Paranaguá, cidade polo da Região.

O relevo do Município chama a atenção pelo número de picos elevados, cobertos pela Mata Atlântica. O Município é montanhoso ao Oeste, levemente ondulado ao Norte e a Leste, e planícies ao Centro e morros espalhados ao Sul. Na sede municipal registra-se a altitude de 5 metros. As altitudes médias do entorno da Sede oscilam entre 0 e 1.800 metros. Antonina está localizada entre a Baixada Paranaense e a Serra do Mar.

A localização da cidade de Antonina na orla atlântica apresenta um clima quente e úmido. Frio no período do inverno e agradável no verão, estes também derivam da Mata Atlântica conservada ao seu redor.

Na baía de Antonina destacam-se as ilhas das Rosas, do Lessa, do Quamiranga, do Goulart e do Corisco. Na localidade de Cedro há dois morros que se destacam: O do Pico Torto e da Divisa, com as altitudes de 847 e 817 metros, respectivamente.

O Município possui uma população de 18.849 habitantes, da qual cerca de 15% vive no meio rural (IBGE, 2010). Comparativamente aos demais municípios do Paraná, ocupa o 277º lugar no ranking geral do Estado em relação ao o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH² 0,687 (IBGE, 2010).

DADOS HISTÓRICOS

Uma das mais antigas povoações do Paraná, a cidade de Antonina teve o início da sua colonização no século XVII. Durante este período a região se desenvolveu através da exploração de ouro de lavagem, obtido nos rios que

² O IDH é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano a oportunidade de viver em uma vida longa e saudável (IDH Saúde); de ter acesso a conhecimento (IDH Educação) e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas (IDH Renda).

O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 – muito baixo; 0,500 a 0,599 – baixo; 0,600 a 0,699 – médio; 0,700 a 0,799 – alto; e 0,800 a 1 – muito alto (IBGE, 2010).

descem da Serra do Mar. Em 1648 ocorre a ocupação efetiva de Antonina quando o parnaibano Gabriel de Lara, chamado de “Capitão Povoador”, sesmeiro da Nova Vila (Paranaguá), concedeu a Antonio de Leão, Pedro Uzeda e Manoel Duarte três sesmarias no litoral Guarapirocaba, as primeiras da porção litorânea (BOLDRINI, 2003). Em 1714, Frei Francisco de São Jerônimo, Bispo do Rio de Janeiro, promoveu a construção de uma capela na cidade em homenagem à Virgem do Pilar, fato que fez com que Antonina fosse chamada por muito tempo pelo nome de Capela. Em 1797 o povoado tinha 2.300 habitantes, que viviam da mineração, pesca e agricultura de subsistência. Em agosto daquele mesmo ano a freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa foi elevada a categoria de Vila, com a denominação de Antonina, em homenagem ao Príncipe Dom Antônio. Em 06 de novembro de 1797, sua sede foi elevada à categoria de Comarca da Província de São Paulo. Em 14 de janeiro de 1798 foi empossada a primeira câmara de vereadores de Antonina. No dia 21 de janeiro de 1857, através de Lei Provincial nº 14, tornou-se município da nascente Província do Paraná.

ECONOMIA

A produção desenvolvida no município de Antonina é pouco diversificada. Na produção agrícola predomina as lavouras de banana e da mandioca, tendo o gengibre aumentado sua importância desde a década de 90, em substituição a extração da palmeira-real (IPARDES, 1997). Na pecuária, a ascensão é para o gado leiteiro e os bubalinos. No setor comercial, o desenvolvimento deste é pautado para atender as demandas locais, e no setor industrial, se registra algumas indústrias de conserva de bala de banana e de carvão vegetal.

Devido à localização geográfica do Município, sua economia esteve condicionada por muito tempo às atividades portuárias, a ponto de, no final do século XIX, com a conclusão da estrada da Graciosa e do terminal ferroviário, ambos ligando Antonina a Curitiba, o Porto de Antonina intensificou suas atividades tornando-se, em 1920, o 4º maior porto exportador brasileiro. As mudanças na economia mundial após a segunda Grande Guerra Mundial e o fim do ciclo da erva-mate determinaram o declínio da economia da cidade e das atividades de seu porto, culminando nos anos 70 com a paralisação da

indústria Matarazzo, importante geradora de negócios e empregos. A partir dos anos 80, Antonina, com aproximadamente 20.000 habitantes, privilegiada por suas atrações naturais, passa a consolidar seu perfil de cidade turística, berço de manifestações folclóricas e culturais, integrando seu potencial turístico à sua vocação portuária. Atualmente, O Porto de Antonina é parte do complexo administrado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA composto por dois terminais portuários: o Barão de Teffé e o Ponta do Félix. As principais cargas movimentadas em Antonina são os congelados, os fertilizantes e os minérios de ferro (BOLDRINI, 2003).

TURISMO

No segmento turístico o destaque de Antonina fica por conta do turismo histórico. Após o tombamento do conjunto histórico e paisagístico do Município aprovado no dia 26 de janeiro de 2012, o Município passou a fazer parte do patrimônio cultural do País. No entanto, Antonina já possuía tombamentos isolados pelo governo estadual, como é o caso do Arquivo Municipal, da Igreja Nossa Senhora do Pilar, da Igreja Bom Jesus do Saivá e da Fonte da Carioca (IPHAN/ ASCOM - PR, 2012). Além do Centro Histórico, faz parte do conjunto histórico e paisagístico o complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – IRFM. Entre os motivos que fizeram com que a Cidade passasse a fazer parte do Patrimônio Histórico Nacional estão: a história do ciclo do ouro e a ocupação territorial do Sul do país; e o cenário da cidade, que conta com a Serra do Mar, a Mata Atlântica e a Baía de Antonina (LOPES, 2012).

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE ANTONINA

Na região onde se situa o município de Antonina concentram-se remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica considerados os mais bem conservados do Brasil e ainda possui grandes áreas cobertas por manguezais. De maneira a preservar estes remanescentes de Mata Atlântica o Município conta com nove Unidades de Conservação e/ou áreas protegidas (Tabela 02), divididas em dois grupos, as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável, segundo o SNUC, as UC de Proteção Integral são três e as de Uso Sustentável são cinco.

Destaca-se que as primeiras admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais e as segundas admitem a exploração do ambiente de maneira a garantir a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

Tabela 02 – Unidades de Conservação em Antonina, por categoria de uso, nome, nível de gestão, ano de criação, área e municípios que abrange

Categories de uso	Unidade de Conservação	Nível de Gestão	Ano de Criação	Área (ha)	Municípios que abrange
Proteção Integral	REBIO do Bom Jesus	Federal	05/06/2012	34.179	Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá
	Parque do Pico Paraná	Estadual	05/06/2002	4.333,83	Campina Grande do Sul e Antonina
	Parque Roberto Ribas Lange	Estadual	21/11/1994	2.698,69	Morretes e Antonina
Uso Sustentável	APA de Guaraqueçaba	Federal	31/01/1985	294.000	Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul
	RPPN Morro da Mina	Estadual	07/04/2003	1.336,19	Morretes e Antonina
	RPPN Santa Maria	Estadual	03/03/2011	400,27	Antonina
	RPPN Águas Belas	Estadual	02/09/2004	508,20	Antonina
	RPPN Rio Cachoeira	Estadual	30/08/2007	4.292,88	Antonina

Fonte: IAP (2013)

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA DE GUARAQUEÇABA

A APA de Guaraqueçaba foi criada em 31 de janeiro de 1985 pelo Decreto 90.883, do Governo Federal, conta uma área de 294.000 hectares, localizada nos municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul, protege o entorno da Estação Ecológica de Guaraqueçaba e ainda abrange 21 ilhas do Estado do Paraná, entre elas a Ilha de Superagui, decretada também como Parque Nacional. Na APA de Guaraqueçaba encontram-se sítios arqueológicos e espécies endêmicas raras ameaçadas de extinção. Esta APA é uma UC de Uso Sustentável a qual permite certo grau de

ocupação humana assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais como é o caso das populações de comunidades tradicionais (pescadores artesanais e agricultores familiares), que vivem no local há mais de um século (IPARDES, 2001). Esta APA engloba áreas de serras, manguezais, restinga e o estuário da baía de Paranaguá. A população que vive na zona rural da APA representa 68,85% do total da população de Guaraqueçaba, no qual vê a pequena agricultura à principal atividade produtiva, destaque para a produção de banana e mandioca (RODRIGUES, 2002). A APA de Guaraqueçaba não possui um Plano de Manejo, mas encontra em outros documentos apoio que regularizem, gerenciem e promovam o zoneamento: o Plano de Gestão Ambiental, o Diagnóstico Ambiental da APA de Guaraqueçaba e o Zoneamento da APA de Guaraqueçaba.

RESERVA BIOLÓGICA - REBIO DO BOM JESUS

A Reserva Biológica do Bom Jesus é uma UC de Proteção Integral de gestão nível federal, que foi criada pelo Decreto 4.340 de 05 de junho de 2012. Esta UC conta com uma área de 34.179 hectares, abrangendo os municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá, objetivando a preservação dos ecossistemas de Mata Atlântica (em especial a floresta ombrófila densa e formações pioneiras) e a fauna associada e a rede hidrográfica local. Destaca-se que nenhuma comunidade encontra-se dentro das áreas de REBIO, que compreendem somente áreas de vegetação sem atividades produtivas ou moradias. Devido à sua recente criação ainda não há um projeto para elaboração de Plano de Manejo.

PARQUE DO PICO PARANÁ

O Parque Estadual do Pico Paraná foi criado em 05 de junho de 2002 pelo Decreto 5.769. O Parque Ocupa uma área de 4.333,83 hectares e abrange os municípios de Campina Grande do Sul e Antonina, contemplando um conjunto de montanhas que compõe a Serra do Mar. O Parque abrange a região do Conjunto Ibitiraquire, que em Tupi Guarani significa “Serra Verde”, onde estão

localizadas algumas das maiores formações rochosas do estado do Paraná, como: o Pico do Paraná (1.877,36 m) que é o ponto culminante da Região Sul do País, o Pico Ibitirati (1.876 m), Caratuva (1.856 m), o Siririca (1.740 m), o Agudo da Cotia, o Itapiroca, o Taipabuçu, o Ferraria, o Tucum e o Camapuan. A vegetação é composta em quase sua totalidade em Floresta Ombrófila Densa Montana e Altomontana e de refúgios ecológicos, abriga mais de 2.500 espécies vegetais, além de diversos animais ameaçados de extinção, tais como a onça-pintada, o puma, a anta e aves, como: o gavião pega-macaco e o cuiu-cuiu.

PARQUE ROBERTO RIBAS LANGE

O Parque Estadual Roberto Ribas Lange criado em 21 de novembro de 1994 através do Decreto 4.267, com 2.698,69 hectares na região da Serra do Mar, localizado nos municípios de Antonina e Morretes. Considerado Patrimônio da Mundial pela UNESCO desde 1999, do qual 1009 hectares pertenciam ao extinto Parque Estadual Agudo da Cotia. Integra a Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi.

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN MORRO DA MINA

De propriedade da Sociedade de Pesquisa em Vida Silvestre e Educação Ambiental - SPVS. A Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro da Mina foi criada pela Portaria IAP/GP 46/03, de 07 de abril de 2003 e localiza-se entre os municípios de Antonina e Morretes, possuindo uma área de 1.336,19 hectares. A unidade possui plano de manejo homologado pela Portaria 269/12. Segundo informações da SPVS a área abriga um viveiro de mudas nativas que são utilizadas em projetos de restauração florestal e educação ambiental. Dentre os principais problemas e ameaças a SPVS aponta a caça; a pesca; a extração de recursos florestais (palmito – *Euterpe edulis*); rodovia estadual (PR- 340) e; linhas de transmissão de energia elétrica, aqueduto, posseiros.

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN SANTA MARIA

De propriedade da Sociedade de Pesquisa em Vida Silvestre e Educação Ambiental (SPVS), criada pela portaria nº58 - IAP/GP de 03 de março de 2011, com uma área de 400,27 hectares abrange o território de Antonina. Possui plano de plano homologado pela portaria nº 269 de 2012. Segundo informações da SPVS a área abriga um viveiro de mudas nativas que são utilizadas em projetos de restauração florestal e educação ambiental. Dentre os principais problemas e ameaças a SPVS aponta a caça; a pesca; a extração de recursos florestais (palmito – *Euterpe edulis*); rodovia estadual (PR- 340) e; linhas de transmissão de energia elétrica, aqueduto, posseiros.

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN ÁGUAS BELAS

Unidade de conservação estadual de uso sustentável, criada pela portaria nº 184 – IAP/GP de 02 de setembro de 2004 no município de Antonina, com uma área 508,20 hectares de propriedade da Sociedade de Pesquisa em Vida Silvestre e Educação Ambiental (SPVS).

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN RIO CACHOEIRA

A RPPN Rio Cachoeira é a maior RPPN no âmbito estadual e possui 4.292,88 ha, inteiramente localizados em Antonina, criada pela portaria 159 - IAP/GP de 30 de agosto de 2007 e de propriedade da Sociedade de Pesquisa em Vida Silvestre e Educação Ambiental (SPVS). De acordo com uma empresa que presta serviços de turismo na região a reserva do Rio Cachoeira vem sem explorada para a prática de rafting e canoagem.

MATERIAL E MÉTODOS

O método de pesquisa ocorreu em três fases. A primeira foi elaborada a partir da revisão da literatura sobre as áreas de preservação e conservação no mundo, e no Brasil. Nesta etapa também foram coletados e interpretados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e dos órgãos ambientais vigentes como o Instituto Ambiental do Paraná – IAP e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, referentes ao litoral do Paraná.

No segundo momento foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, que para Manzini (1990), a entrevista semi-estruturada é focalizada em assuntos sobre os quais confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas que não ficam condicionadas a uma padronização de alternativas. Foram entrevistados diferentes atores sociais que representam a diversidade de opiniões e representações do município de Antonina.

Na terceira fase, um diálogo entre a literatura específica e a compilação dos dados evidenciam os resultados decorrentes da influência das Unidades de Conservação em Antonina.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: RECONHECIMENTO DESTAS PELOS ATORES SOCIAIS

As áreas de proteção ambiental num primeiro momento foram instaladas por países considerados desenvolvidos, ou seja, com Índices de Desenvolvimento Humano altos ou muito altos, o que atribui a eles essa denominação. Num segundo momento os modelos de áreas de proteção são trazidos para os países pobres, subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, demonstrando a aceitação a ideia da destruição ambiental promovida pela intensa industrialização, a qual hora não havia ocorrido nestes locais.

Instituições internacionais de regulamentação são instituídas a fim de firmar compromissos sociais de todas as nações por algo que em algum lugar do planeta já havia sido destruído pelos interesses econômicos, desconsiderando sua população e as condições locais.

No Brasil estas condições são aceitas e regulamentadas se intensificando as áreas de proteção ambiental. O Litoral do Paraná contemplando resquícios da Mata Atlântica, decorrente da falta de interesse da agricultura extensiva, é nomeado Patrimônio Mundial da Natureza. Antonina, conseqüentemente por estar localizado, é penalizado ou beneficiado com estas medidas de proteção ambiental.

Dado que a legislação brasileira sobre UC define duas categorias de uso: uma de Proteção Integral e outra de Uso Sustentável, na qual a primeira não permite a permanência do homem no espaço e em algumas categorias da segunda, o ser humano pode ocupar o espaço, porém com restrições de uso, buscou-se entender como alguns atores deste lugar percebem estes espaços. Entre os principais atores estão os próprios moradores, que se acredita serem o grupo mais impactado, os representantes de organizações não governamentais, algumas lideranças políticas da Região, alguns proprietários de estabelecimento turístico e funcionários de Órgãos Ambientais.

Por acreditar que os impactos da implantação das Unidades de Conservação estão sobre a população residente foram entrevistados 45 moradores escolhidos aleatoriamente no perímetro urbano da cidade, por meio de um formulário, que de uma forma simplificada questionava-os sobre o conhecimento das Unidades de Conservação do Local. Como resultado geral observa-se que este Grupo possui pouco conhecimento, inclusive do que seja UC, quando perguntado sobre "o que é uma UC", 38 pessoas disseram não saber do que se tratava, 5 responderam algo relacionado ao meio ambiente e apenas 2 realmente tiveram discernimento sobre a questão, já quando a pergunta se referiu a "se você conhece alguma UC em Antonina", das sete possíveis respostas, estas foram negativas, a não resposta ocorreu também para o conhecimento sobre a possibilidade de uso destes espaços.

Em entrevista com o representante da Secretaria do Meio Ambiente, quando questionado quanto aos projetos referente as UC e seus possíveis uso, coloca que os serviços da Secretaria estão pautadas no gerenciamento de resíduos sólidos e na manutenção do cemitério municipal, havendo reconhecimento dos limites na geração de receitas próprias no Município, este depende de transferências advindas da União e do Estado, sendo elas "insuficientes", impossibilitando a execução de outros projetos se não a manutenção dos

serviços citados acima. Já o representante do ICMBio, quando perguntado sobre as influências das UC no município disse entender que a conservação das áreas protegidas tende a beneficiar a população local, pois resguardam uma rica área de biodiversidade, salientando também que a utilização do uso do solo e suas respectivas restrições beneficia o meio ambiente. Considera a arrecadação do ICMS Ecológico um ponto positivo economicamente para o Município, pois este gera grande parte da receita. Destaca que o incentivo à preservação promove a agricultura orgânica nas UC, sendo esta uma atividade produtiva que agrega valor ao produto. Por fim, destaca que a obtenção de renda neste local pode advir da atividade turística em UC, através do uso público em seus planos de manejo.

Em entrevista com três proprietários no ramo do turismo com sede no Município, as questões foram voltadas à exploração comercial deste segmento dentro das áreas protegidas. Uma das empresas destacou que não explora comercialmente nenhuma atividade de cunho ambiental, apenas turismo histórico. A segunda empresa entrevistada oferece serviços em espaços em ambientes conservados como à prática de canoagem e *rafting*, no rio Saci e rio do Cedro. A terceira empresa pesquisada oferece passeios de barco no mangue e na baía.

No município de Antonina a mais de 15 anos atua uma Organização não Governamental, denominada Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina – ADEMADAN, esta vem atuando em defesa ao meio ambiente, neste sentido foram levantadas a esta questões relacionadas aos impactos das UC no Município. Atualmente a ADEMADAN atua em um projeto na APA de Guaraqueçaba e em seu entorno com pequenos agricultores. Para a mesma a implementação das áreas protegidas algumas restrições foram impostas para o agricultor familiar, mas para os grandes e empresas não mudou nada. Em relação às potencialidades da UC para o local, a ONG apresenta a agroecologia como atividade geradora de ocupação e renda para as populações que vivem nestas.

O INCENTIVO ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO NO PARANÁ: ICMS ECOLÓGICO

O ICMS Ecológico no Paraná foi instituído em 1991 como um instrumento de política pública **de interesse universal. Esta política consiste no repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos (IAP, 2013).** Desde que o estado do Paraná adotou esse tipo de Programa, o número de áreas protegidas no Estado aumentou 165% (ALGER; LIMA, 2003).

As UC para o município de Antonina gera recursos financeiros por meio do ICMS Ecológico. Em 2010, as sete UC localizadas na área de Antonina geraram em torno de R\$ 2.925.913,89, dos quais R\$ 82.669,57 foram repassados para o município de Antonina (Tabela 03). Este montante representava na época em torno de 1,25% das transferências do estado recebidas pelo Município. Portanto, um valor econômico reduzido, se comparado o montante da área territorial destinada a não produção.

Tabela 03 – Repasse de ICMS Ecológico para o Município de Antonina, decorrentes das Unidades de Conservação, 2010

Nome da UC	Área total da UC (ha)	Área da UC em Antonina (ha)	ICMS Ecológico R\$ 1,00
APA de Guaraqueçaba	294.000	50.529,30	586.043,98
Parque Estadual Pico Paraná	4.333,83	2.253,00	R\$193.717,21
Parque Estadual Roberto Ribas Lange	2.698,69	1.009,37	R\$81.752,33
RPPN Morro da Mina	1.336,19	1.336,19	R\$ 411.539,46
RPPN Águas Belas	508,20	508,20	R\$ 137.691,05
RPPN Rio Cachoeira	4.292,88	4.292,88	R\$ 1.265.617,79
AFIT do Marumbi Fonte: IAP (2010)	66.732,99	22.740,63	R\$ 249.552,07

CONCLUSÕES E DISCUSSÕES

A Mata Atlântica, segundo Tabarelli *et al.* (2005), é considerada um dos 25 *hot spots* mundiais de biodiversidade. Várias formações encontram-se associadas ao bioma Mata Atlântica, como: mangues, restingas, formações campestres de altitudes e brejos. O Litoral do Paraná apresenta-se privilegiado, pois em seu território encontram-se os remanescentes mais bem conservados deste bioma.

Sendo assim Antonina, localizada no Litoral do Paraná, contempla essa biodiversidade, com 85% de seu território protegido por Unidades de Conservação de uso sustentável e de proteção integral. No entanto, essa porcentagem em áreas preservadas tem acarretado impactos negativos a seus moradores, que desconhecem a existência destes no âmbito do seu espaço e desconhecem a legislação, perdendo oportunidades de se apropriar desse contexto ambiental, ou ainda de um modo de vida singular, privilegiado.

A apropriação desse conhecimento do espaço que vivem poderia ajudar na construção do sentimento de pertencimento, que conforme Albagli (2004) é um: “sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico”, que significaria a caracterização da territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade, e refletindo um sentimento de pertencimento. Este sentimento fortaleceria a compreensão, afirmando que a territorialidade é “condicionada por normas sociais e valores culturais”.

Esta pesquisa não teve a intenção de contrapor a situação econômica da população local, ou ainda das condições de trabalho e renda da comunidade local, com as Unidades de Conservação, este trabalho nem sequer cita trabalhos que admitem a precariedade econômica da população e do poder público local (SABEC e SULZBACH, 2010; FELISBINO e SULZBACH, 2013; SANTOS e SULZBACH, 2013) para não comprometer os resultados, ficando como questionamento se os problemas decorrentes de renda e de trabalho, ou não trabalho no local são decorrentes das Unidades de Conservação.

Os resultados aqui demonstram e complementam uma série de pesquisas já realizadas no local, demonstrando neste a falta de conhecimento ou reconhecimento da comunidade local das potencialidades do uso das áreas protegidas com viés econômico, afinal as entrevistas evidenciaram que a maioria dos moradores não tem conhecimento sobre essas áreas protegidas e por isso, não conseguem, bem como não foram “educadas” para pensar possibilidades de geração de renda com uma nova perspectiva ambiental. A falta de conhecimento sobre o local faz com que os mesmos se sujeitem a estrutura estabelecida, e busquem oportunidade de trabalho e renda em outros locais (DA COSTA; SANTOS; SULZBACH, 2013).

Diante de um território marcado pelas diversas Unidades de Conservação, um Patrimônio Cultural tombado e um reduzido pagamento por esta vasta riqueza, se faz necessário que sua população tome conhecimento de seu ambiente, porém se destaca que antes disso, devem ocorrer estudos de demonstrem as diversas alternativas econômicas para que a população local não seja mais a receptora de decisões externas, que a mesma possa decidir sobre suas vocações.

O turismo sustentável é uma entre as diversas alternativas que de imediato merece atenção, dado que esta permite atividades que incorporam a preservação ambiental e sociocultural e a geração de renda, igualmente a produção agroecológica, conforme destacado por um dos entrevistados.

REFERENCIAS BIBLIGRÁFICAS

ALBAGALI, S. **Território e territorialidade**. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: SEBRAE, 2004.

ALGER, K.; LIMA, A. Políticas Públicas e fragmentação de ecossistemas. In: RAMBALDI, D. M.; OLIVEIRA, D. A. S. (Org.) **Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. MMA/SBF, Brasília, p. 392-420, 2003.

ANDRADE, A. L. **Fauna local de vertebrados das unidades de conservação na encosta da serra do mar e planície costeira no estado do Paraná: A efetividade da conservação através de planos de manejo**. Monografia, UFPR, 2013.

Atlas de Conservação da Natureza Brasileira. Unidades Federais. São Paulo: Metalivros, 2004.

BARROS, A.P.M.; PONTES, F.R **Turismo em Unidades de Conservação: o caso da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia**. (São Paulo, SP). Revista Eletrônica Turismo Cultural. Número Especial, São Paulo, 2008.

BENNETT, C. F. **Conservation and Management of Natural Resources in the United States**. John Wiley & Sons, USA, 1983.

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro, 2006.

BOLDRINI, E. B. **Ideologia da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável: A estrada do porto de Antonina, um estudo de caso**. (Tese Doutorado), Curitiba, 2003.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 292 p. 1988.

_____. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000.

_____. O decreto que regulamenta a Lei do SNUC - Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. Annablume:FAPESP, São Paulo, 2000b.

DA COSTA, L.F.J.; SANTOS, F.O.; SULZBACH, M.T. **Perspectivas profissionais dos estudantes de ensino médio público de Antonina – PR**. XIII Encontro Nacional da ABET/UFPR, Curitiba, 2013.

DIEGUES, A. C. S. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada. Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil**. Série — Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 1, São Paulo, 1993.

FELISBINO, N. J.; SULZBACH, M,T, **Um retrato do emprego formal no litoral do Paraná**. Relatório de Iniciação Científica, 2013.

HASSLER, M. L. **A importância das Unidades de Conservação no Brasil**. Sociedade e Natureza, Uberlândia, 2005, p.79-89.

IAP 2006 <http://www.iap.pr.gov.br/>. Acesso em 05 de setembro de 2013, as 15h30min.

_____. 2010 <http://www.iap.pr.gov.br/>. Acesso em 05 de setembro de 2013, as 14h30min.

_____. 2013 <http://www.iap.pr.gov.br/>. Acesso em 05 de setembro de 2013, as 16h30min.

IBGE 2010 <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 05 de setembro de 2013, as 18h25min.

IPARDES 1997 <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em 05 de setembro de 2013, as 21h00min.

_____. 2001 <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em 05 de setembro de 2013, as 18h00min.

IPHAN-ASCOM/PR 2012 <http://www.itcg.pr.gov.br/>. Acesso em 03 de setembro de 2013, as 10h00min.

ITCG 2012. <http://www.itcg.pr.gov.br/>. Acesso em 04 de setembro de 2013, as 10h00min.

LOPES, E. www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/verao/conteudo.phtml?id=1217127 **Centro histórico de Antonina vira patrimônio nacional**. Acesso em 03 de Setembro de 2013, as 14h30min. Gazeta do Povo, 2012.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990.

MILANO, M. S. **Por quê existem as unidades de conservação? In: Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Miguel Sereduik Milano (org.). Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Curitiba, p.193-208, 2002.

_____. **Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça**. In: Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2, 2000, Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, v. 1, p. 11-25, 2000.

MILLER, K. R. **Evolução do conceito de áreas de proteção — oportunidades para o século XXI**. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Curitiba, Vol. 1: 3-21. 1997

OLIVEIRA, L. C. A. **The interaction between Park management and the activities of local people around National Parks**. Ph. D. in Geography. University of Edinburg. Minas Gerais, Brazil, 1999.

PIERRI, N.; ÂNGULO, R.J.; SOUZA, M.C de.; KIM, M.K. **A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 13. Editora UFPR. p. 137-167, 2006.

QUINTÃO, A. T. B. **Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento**. Brasil Florestal. Brasília, nº 54, p. 13 - 28, 1983.

RODRIGUES, M. A. **Caracterização de unidades geoambientais da Ilha Rasa, um instrumento para o planejamento e gestão socioambiental, Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. Anais do 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina, Peru, 2013.

RODRIGUES, A. **A sustentabilidade da agricultura em Guaraqueçaba: o caso da produção vegetal**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR Curitiba, p.212, 2002.

SABEC, J. P.; SULZBACH, M. T. **Um retrato do emprego formal do Litoral do Paraná**. Relatório de Iniciação Científica, 2010.

SILVA, C. E. F. **Desenvolvimento de Metodologia para análise da adequação e enquadramento de categorias de manejo de unidades de conservação**. Dissertação de Mestrado. Rio Claro: UNESP/CEA, p.186, 1999.

VALLEJO, L. R. **Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica á Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas**. GEOgraphia, Vol. 4, N. 8, 2002.

UICN, CPNAP, CMMC **Directrices para las categorias de manejo de áreas protegidas**. Gland. p.161, 1994.

TABARELLI, M. PINTO, L. P., SILVA, J. M. C., HIROTA, M. & BEDÊ, L. **Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira.** Megadiversidade 1: 132-138, 2005.

TEIXEIRA, C. **A proteção ambiental em Guaraqueçaba: substituição de agentes e de concepções sobre a relação sociedade-meio ambiente.** II Encontro da ANPPAS, 2004.

MEMÓRIAS

Projetos de Extensão e Iniciação Científica

Com minha trajetória dentro da universidade fazendo seis meses, e um cansaço de não fazer nada durante o dia, tive meu primeiro contato com os projetos de extensão.

Projetos estes os quais tenho maior orgulho de ter participado e onde tive minhas principais experiências empíricas na universidade. Através da extensão os conteúdos ministrados em sala de aula puderam ser aplicados em campo fazendo com que eu internalizasse melhor o conteúdo.

Com a participação em muitos projetos ao longo da graduação pude perceber os inúmeros benefícios trazidos por eles, através do envolvimento com as comunidades do Litoral. Vivenciei experiências enriquecedoras junto às comunidades do Litoral e que me proporcionaram o fortalecimento de valores, como a cumplicidade e o respeito ao próximo, devo esse amadurecimento pessoal aos meus coordenadores e colegas de projetos, cada um deles contribuiu para que minha formação acadêmica tenha sido mais completa.

Minha primeira atuação na extensão foi como bolsista PROBEM, no “Projeto de Extensão Coleta e Reciclagem de Resíduo Sólido Vegetal Oriundo de Jardins e Áreas Verdes do Município de Matinhos” (2009/2010), coordenado pela Professora Márcia Marzagão Ribeiro. As ações do projeto contemplavam a educação ambiental, a produção e reutilização de composto, e o auxílio e melhorias no gerenciamento dos resíduos.

No ano de 2010 e 2011 participei dos projetos “Estudo da Cadeia Produtiva como Estratégia de Desenvolvimento da Agroindústria Familiar no Litoral do Paraná” e “Reestruturação Produtiva de Farinheiras Comunitárias do Litoral do Paraná”, coordenados pelos Professores Valdir Frigo Denardin e Luiz Fernando de Carli Lautert. As ações dos projetos centravam-se em capacitar agricultores e reestruturar três das oito farinheiras comunitárias do litoral, colocando-as em funcionamento de acordo com as demandas dos produtores e as exigências da

Vigilância Sanitária. Nestes projetos atuei como bolsista PROEC e estagiária PROEXT. No final do ano de 2011 tivemos a oportunidade de participar do processo de criação do PROGRAMA FARINHEIRA, o qual nós alunos com a orientação dos professores escrevemos a concepção do Programa.

No início de 2012 participei do projeto de extensão “A Universidade entre os Mbyá Guarani: Mediações para Novos Protocolos nas Relações entre o Estado e os Povos Indígenas”, coordenado pelos professores Ana Elisa de Castro Freitas e Eduardo Harder. Durante este período participei da relatoria e resgate do projeto (PROEC) e ainda contribuí com o planejamento e execução de feiras de trocas, hoje vinculada a MOTIRÕ, atividade que acontece durante a PARTILHA.

Em meados de 2012 fui selecionada para compor a equipe de bolsistas do “Projeto de Extensão Artesanato com Identidade Territorial do Litoral do Paraná”, sob a coordenação da Professora Mayra Taiza Sulzbach. As atividades buscavam promover o sentimento de pertencimento local das mulheres do município de Antonina, possibilitando a manutenção destas nas comunidades, buscando preservar a cultura local através de uma alternativa de renda.

No ano 2013, no mês de maio passei a participar do Projeto de Iniciação Científica a “Estrutura da Renda dos Municípios do Litoral do Paraná: Quatro anos de Pesquisa”. Meu estudo esteve centrado em demonstrar através da estrutura orçamentária a fragilidade financeira dos municípios do Litoral do Paraná.

Projetos de Aprendizagem

Minha primeira ideia de projeto de aprendizagem foi sobre “Culinária Regional”, onde buscava explorar pratos típicos do litoral do Paraná, nesta mesma época participava da ICH “Gastronomia”, a qual me despertou ainda mais interesse pelo tema. Iniciei este projeto, pois antes de vir morar para Matinhos, tinha intenção de fazer o curso de Gastronomia oferecido pelo Centrou Europeu, mas como passei no vestibular aqui, deixei a ideia de lado. Em uma aula do

módulo Ambiente Rural e Urbano, conheci a Professora Gabriela Bica, que foi convidada a ministrar uma aula. Gostei muito da forma que a professora deu a aula, então naquele momento, pensei, achei minha orientadora! Naquela semana fui convidada para me mediar e ela sem hesitar aceitou meu convite. Começaram as mediações e me sentia perdida, pois queria trabalhar com um tema que não via relação com a Gestão Ambiental, mas mesmo assim a professora Bica comentou que não haveria problema, afinal o projeto era meu, podia trabalhar com qualquer assunto que me despertasse interesse. No semestre seguinte, como estava inquieta por não ver a relação da culinária com a gestão ambiental, passei a trabalhar com os resíduos gerados pelo Restaurante Universitário - Apetitoy, período este, que trabalhava na extensão com o tema, resíduos sólidos vegetais. Minha inquietação acabou, e deixei de lado a questão da culinária propriamente dita, e passei a trabalhar com os resíduos gerados pela culinária. Meu projeto ficou com o título: “Minimização de Resíduos no Restaurante Universitário – Apetitoy”, e teve como objetivo conhecer o funcionamento do Restaurante Universitário – Apetitoy, para então propor alternativas para um melhor aproveitamento dos alimentos com o aproveitamento integral ou mesmo parcial dos alimentos; dar uma destinação adequada aos resíduos orgânicos, através da compostagem; e ainda propor um programa de educação ambiental para a conscientização dos usuários do restaurante, para o uso de canecas de plástico ao invés de copos descartáveis.

Como resultado desta experiência consegui apenas trabalhar com os resíduos orgânicos do pré-preparo dos alimentos do restaurante através da compostagem, no qual foram coletados resíduos por duas semanas, para a montagem de uma leira – “pilha, monte” – de composto. E foi aí que o projeto parou, não tendo outros resultados.

Então fui convidada pela veterana Julie Nodari para desenvolver um projeto sobre resíduos hospitalares, junto com a Professora Helena Midori, projeto este, não dado continuidade. Em seguida tive outras ideias, mas nada formalizado fiz algumas leituras e proposições sobre o tema diagnóstico rural participativo, onde testei o método no sítio da minha família e posteriormente na extensão no projeto FARINHEIRAS.

Após, despertei interesse nas Unidades de Conservação (UC) e resolvi pesquisar sobre o tema, tomei por base as Unidades de Conservação do Litoral do Paraná. Minha ideia foi fazer um diagnóstico das UCs do Litoral considerando as infraestruturas de uso público, projeto de aprendizagem que não consegui desenvolver, pois demandaria de muito tempo, visto que nos meus objetivos estava conhecer cada uma das UCs, e ainda neste período estava sem orientador, o que impossibilitou de vez o meu projeto.

Minha caminhada no Projeto de Aprendizagem se encerra com o projeto “Alguns impactos das Unidades de Conservação no Município de Antonina”, onde busquei levantar alguns dos impactos das Unidades de Conservação do município, e fui mediada pela Professora Mayra Taiza Sulzbach, experiência que apresentarei como trabalho de conclusão do curso de Gestão Ambiental.

ICHs

Com uma proposta diferenciada da universidade e até então diferente de tudo que já tinha visto em outras instituições de ensino, tive uma estranheza inicial sobre o que seriam as ICHs. Como seria essa interação interdisciplinar salientada pelo diretor Valdo na semana de integração e como seriam essas atividades tendo em vista o envolvimento local.

Minha primeira experiência foi a ICH de “Gastronomia” e com ela pude vivenciar essa prática até então desconhecida, com o decorrer da ICH percebi que era uma maneira prática de aprender algo que não necessariamente esteja ligado ao meu curso, trazendo assim um conhecimento específico que pode vir a possibilitar novas experiências. Nessa ICH o envolvimento da comunidade local era bem expressivo e me fez ver a importância desse envolvimento, universidade-comunidade.

Com o término da minha primeira ICH já podia se dizer que estava ambientada a metodologia da proposta, o que facilitou na escolha dos próximos temas que viriam no transcorrer dos anos.

Minhas escolhas sobre os temas das futuras ICHs pode-se dizer que foram divididas e classificadas entre temas que me despertavam curiosidade, identificação ou temas relacionados ao Curso de Gestão Ambiental. Partindo dessa classificação posso citar entre as ICHs que me despertaram curiosidade ou identificação as da “MATINFEIRA”, “Políticas Indigenistas” e “BICHA” e naqueles que eram relacionados ao curso posso citar o de “Oceanografia” e de “Projetos Ambientais”.

Com a minha vivencia das ICHs durante minha trajetória acadêmica posso ressaltar que absorvi conhecimentos valiosos em algumas, já em outras nem tanto, creio que esse espaço é importante para a construção intelectual desde que sejam elaborados alguns critérios para sua melhor execução.

Vivências Profissionais

No processo de “vivências profissionais” estava vinculada a um projeto de extensão e pensei em continuar no projeto como atividade de vivência profissional, no entanto fui instigada pela Professora Liliani a compor um grupo de alunos responsáveis em propor uma agenda socioambiental para o Litoral do Paraná. Visto que naquele ano ocorrera a RIO + 20 e a professora foi contata, pela assessoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida para trazer as propostas do litoral do Paraná, para serem apresentadas por ele na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO+ 20).

Foi formado um grupo de 9 alunas da Turma de Gestão Ambiental 2008, sob a orientação da Professora Liliani Marília Tiepolo, grupo este que levantou as propostas da comunidade litorânea paranaense para a RIO + 20, como método foi elaborada uma Carta Aberta à comunidade litorânea (documento que explicava o propósito do trabalho), e realizado entrevistas com 31 representantes de projetos de extensão, organizações não governamentais, instituições, comunidade acadêmica e lideranças comunitárias da região, a pesquisa foi realizada entre 2 de abril a 8 de maio de 2012, data qual foi apresentado ao Deputado Estadual e presidente da Comissão de Ecologia da

Assembleia Legislativa do Paraná, Luiz Eduardo Cheida e ao membro do Conselho Nacional de Meio Ambiente e Deputado Estadual, Rasca Rodrigues, e ainda estavam presentes autoridades locais e acadêmicos da UFPR- Litoral. Nunca vi a tenda tão lotada como aquele dia. Meu processo vivência se encerra no Rio de Janeiro, durante a Cúpula dos Povos- evento paralelo a RIO+20, quando foi entregue a agenda socioambiental a as secretárias da Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, e da Senadora, Heloisa Helena.